

teresa sampaio monteiro

notária

CARTÓRIO NOTARIAL EM CALDAS DA RAINHA
Av. Independência Nacional, n.º 15 - t/c
2500 082 CALDAS DA RAINHA
NIF PI 201 833 961
Tel. 262 831 171 - Fax. 262 831 172
em teresamonteiro@mail.telepac.pt

CERTIDÃO

SÓNIA CARINA FERNANDES, no uso da autorização concedida por Teresa Maria Sampaio Pereira Monteiro, Notária deste Cartório Notarial, conforme publicitação de quinze de Dezembro de dois mil e catorze na Ordem dos Notários, certifica:-----

UM – Que a fotocópia apensa a esta certidão está conforme o original;-----

DOIS – Que foi extraída neste Cartório de escritura exarada de folhas VINTE E TRÊS a folhas VINTE E QUATRO, do livro de notas para escrituras diversas número CENTO E SESENTA E DOIS-P, com o documento complementar que a integra.-----

TRÊS – Que a presente fotocópia ocupa VINTE E TRÊS folha(s) que têm apostado o selo branco deste Cartório e estão todas numeradas e por mim rubricadas.-----

Cartório Notarial de Caldas da Rainha, treze de Novembro de dois mil e quinze.-----

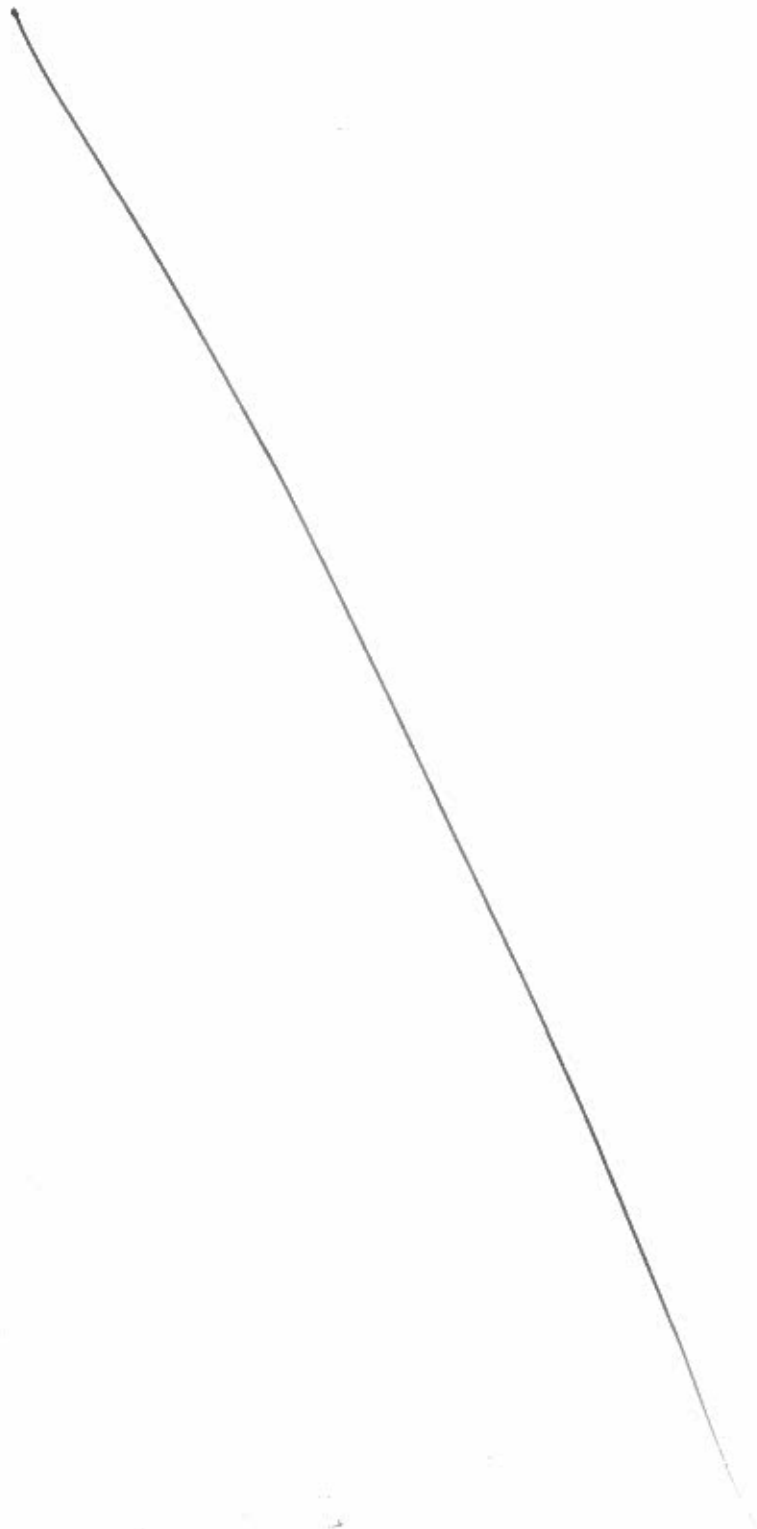
A Colaboradora,


(Sónia Carina Fernandes, n.º 66/3ON)

CONTA:

Conferida e registada sob o n.º PA083/2015

Foi emitido recibo



525

1624	23
Livro	Folhas

ALTERAÇÃO DE ESTATUTOS

-----No dia treze de Novembro de dois mil e quinze, no Cartório Notarial em Caldas da Rainha, sito na Avenida da Independência Nacional, número quinze, rés-do-chão, perante mim, TERESA MARIA SAMPAIO PEREIRA MONTEIRO, respectiva Notária, compareceram como outorgantes: -

-----a) **Hélder Matias Martins da Fonte**, casado, natural da freguesia de Pousade, concelho da Guarda, residente na Rua Conde de Avelar, n.º93, em São Martinho do Porto, Alcobaça, titular do Cartão de Cidadão n.º ID Civil 04031054 0 ZY2, emitido na República, -----

-----b) **Natalino Fernando da Rosa Gomes**, casado, natural da freguesia de Famalicão, concelho da Nazaré, residente na Rua D. João I, Lote 43, dita São Marinho do Porto, titular do Cartão de Cidadão n.º ID Civil 04381641 0ZZ9, emitido na República, e-----

-----c) **Marta Isabel Pedro Rodrigues**, solteira, maior, natural da freguesia de São Martinho do Porto referida, residente na Rua Heróis do Ultramar, n.º 11, 1º esquerdo, em Famalicão, Nazaré, titular do Cartão de Cidadão n.º ID Civil 10422249 2 ZY7, emitido na República, -----

-----os quais, na qualidade de, respectivamente, Presidente da Direcção, Tesoureiro e Primeira Secretária, outorgam em representação da associação denominada,-----

-----“ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE SÃO MARTINHO DO PORTO”, NIPC 501082271, pessoa colectiva de utilidade pública, com sede no lugar e freguesia de São Martinho do Porto, concelho de Alcobaça, constituída nos termos dos estatutos aprovados em assembleia-geral de vinte de Janeiro de mil novecentos e

sessenta e nove, nos termos do Alvará número sessenta e dois de vinte e três de Junho de mil novecentos e sessenta e nove, os quais foram alterados na totalidade por escritura pública outorgada no dia dois de Abril de mil novecentos e noventa e três e exarada a folhas trinta e oito verso e seguintes do Livro de Notas para Escritura Diversas número Trezentos e Sessenta Nove-B do Cartório Notarial de Rio Maior, conforme certidão que apresentam,-----

-----qualidade e poderes que verifiquei em face dos atrás referidos Estatutos, da acta relativa à reunião de dois de Outubro do corrente ano da Assembleia Geral da Associação e do auto de posse dos corpos sociais, cujas públicas-formas arquivo. -----

-----Verifiquei a identidade dos outorgantes pela exibição dos referidos documentos de identificação.-----

-----Pelos outorgantes, em nome da sua representada, foi dito:--

-----Que, pela presente escritura, em cumprimento da deliberação tomada por unanimidade naquela referida reunião de dois de Outubro da Assembleia-Geral da Associação, que representam, dando ainda cumprimento ao disposto na Lei n.º 32/2007, de 13 de Agosto, que institui o regime jurídico das associações humanitárias de bombeiros voluntários, alteram os Estatutos referidos, designadamente, quanto à denominação da associação que passa a ser **“ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DE BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE S. MARTINHO DO PORTO”**, os quais, na sua nova redacção **integral**, constam do documento complementar que apresentam, elaborado nos termos do número dois do artigo sessenta e quatro do Código do Notariado, que fica a fazer parte integrante da presente escritura, cujo conteúdo declararam conhecer perfeitamente, pelo que, dispensada fica a sua leitura.-----

735

1621	24
Livro	Folhas

L

-----ASSIM O DISSERAM E OUTORGARAM.-----

-----MAIS ARQUIVO:-----

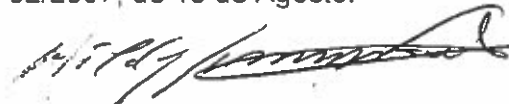
-----O referido documento complementar.-----

-----EXIBIRAM:-----

-----Certificado de admissibilidade de denominação n.º
2015067632, emitido em 9 de Novembro de 2015 pelo Registo Nacional de
Pessoas Colectivas, com o código de acesso 1276-7637-5745.-----

-----Adverti os outorgantes da obrigatoriedade do registo do
presente acto no prazo de dois meses, a contar de hoje, nos termos do artigo 2º,
alínea a) do Decreto-Lei n.º 57/78, de 1 de Abril, bem como do que dispõe o
artigo 12º, n.º 1, alínea c) do Decreto-Lei n.º 460/77, de 7 de Novembro.-----

-----Fiz aos outorgantes a leitura e explicação da presente escritura
, dando-se, em seguida, cumprimento ao estabelecido do artigo 5º, n.º2 da Lei
n.º 32/2007, de 13 de Agosto.

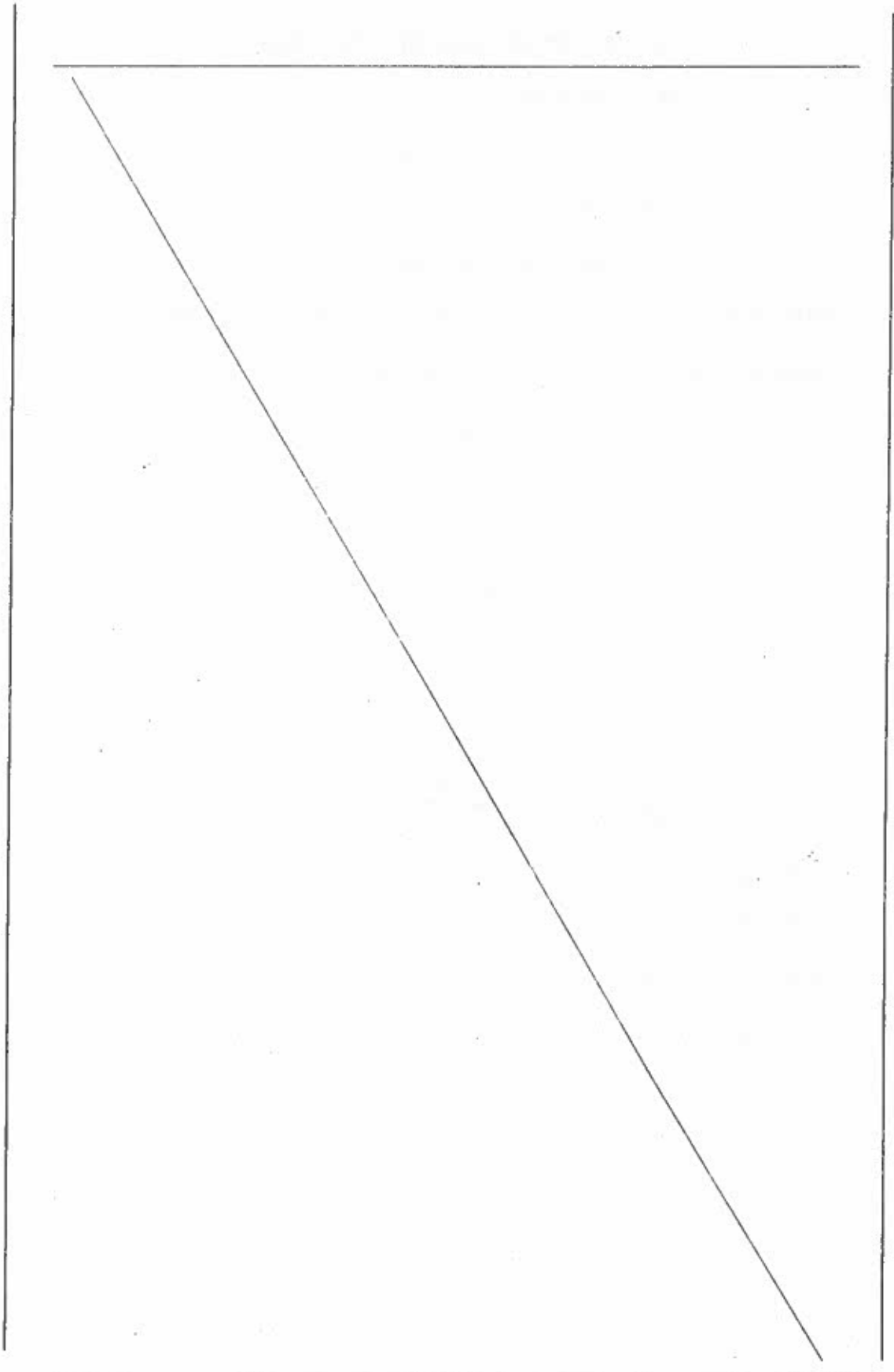
· 

· 

· Marta Rodrigues

A Notária,

Conta registada sob o n.º PA2832015. 



by SA
Horta

DOCUMENTO COMPLEMENTAR ELABORADO NOS TERMOS DO N.º 2 DO ARTIGO 64º DO CÓDIGO DO NOTARIADO, QUE FAZ PARTE INTEGRANTE DA ESCRITURA LAVRADA A FOLHAS VINTE E TRÊS E SEGUINTE DO COMPETENTE LIVRO NÚMERO CENTO E SESSENTA E DOIS-P DO CARTÓRIO NOTARIAL DE TERESA MARIA SAMPAIO PEREIRA MONTEIRO EM CALDAS DA RAINHA.

ESTATUTOS DA ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DE BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE S. MARTINHO DO PORTO

CAPÍTULO I

DENOMINAÇÃO, NATUREZA, SEDE E FINS

ARTIGO 1º

DENOMINAÇÃO, NATUREZA JURÍDICA E SEDE

1. A Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de S. Martinho do Porto é uma pessoa coletiva de utilidade pública administrativa, com personalidade jurídica e sem fins lucrativos.
2. A Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de S. Martinho do Porto, doravante aqui também designada por Associação, tem a sua sede na freguesia de S. Martinho do Porto, concelho de Alcobaça.

ARTIGO 2º

ÂMBITO E DURAÇÃO

A Associação tem âmbito concelhio, é por natureza e tradição apartidária e não confessional e durará por tempo indeterminado, só podendo dissolver-se nos termos e pela forma previstas nestes estatutos e na lei.

ARTIGO 3.º

FINS

1. A Associação tem como escopo principal a proteção de pessoas e bens, designadamente o socorro a feridos, doentes ou náufragos e a extinção de incêndios, detendo e mantendo em atividade, para o efeito, um corpo de bombeiros voluntários, com observância do definido no regime jurídico dos corpos de bombeiros e demais legislação aplicável.-----

2. Com estrita observância do seu fim não lucrativo e sem prejuízo do seu escopo principal, a Associação pode desenvolver outras atividades, individualmente ou em associação, com outras pessoas singulares ou coletivas, desde que permitidas por deliberação da Direção, nomeadamente:-----

a) Prestação de cuidados de saúde, atividades desportivas, culturais e recreativas, conducentes a uma melhor preparação física e intelectual dos seus associados;-----

b) Atividades de carácter social de apoio e proteção à infância, à juventude, à deficiência e aos idosos ou em qualquer situação de carência que justifique uma atuação pró humanitária.-----

c) Promoção, na atividade cultural, de festas temáticas, sessões culturais ou quaisquer outro tipo de eventos de cariz cultural, assim como a angariação de fundos em benefício da própria.-----

3. Pode ainda desenvolver, nos termos do número anterior, outras atividades conexas ou afins, utilizando para o efeito bens e equipamentos patrimoniais, revertendo o resultado financeiro destas atividades para a Associação.-----

ARTIGO 4.º

PATRIMÓNIO SOCIAL

A Associação tem um Capital indeterminado e um número ilimitado de Associados que concorrem para o património social, através do pagamento de uma quota, no valor mínimo e periodicidade a fixar pela Assembleia- geral.-----

ARTIGO 5.º

ATRIBUIÇÕES

7.44
H
Marte
S

Constituem atribuições normais da Associação:-----

- a) Deter e manter em atividade um corpo de bombeiros voluntários, com observância do definido no regime jurídico dos corpos de bombeiros.-----
- b) Exercer os direitos e as funções que lhe sejam atribuídas por lei;-----
- c) Manter e fomentar o relacionamento institucional com os demais agentes de proteção civil, mormente associações humanitárias e corpos de bombeiros, a nível local, regional e nacional e com corpos de bombeiros estrangeiros e respetivas entidades detentoras;-----
- d) Manter e fomentar o relacionamento institucional com as organizações representativas das associações humanitárias de bombeiros, designadamente, a nível distrital com a Federação Distrital de Bombeiros e a nível nacional com a Confederação Nacional - Liga dos Bombeiros Portugueses;-----
- e) Manter e fomentar o relacionamento com os organismos oficiais locais, regionais e nacionais em especial com os de tutela do sector da proteção civil e dos bombeiros;-----
- f) Representar os seus associados em todas as situações de interesse geral;-----
- g) Estabelecer relações e acordos com outras entidades, públicas ou privadas, nacionais, estrangeiras ou internacionais e assegurar o seu fiel cumprimento;-----
- h) Pronunciar-se sobre projetos de natureza legislativa e normativa que versem sobre questões dos sectores associativo, da proteção civil e dos bombeiros, em particular, bem como sobre todas as matérias que sejam submetidas à sua apreciação pelas entidades competentes;-----
- l) Constituir, promover ou participar, por sua iniciativa ou em colaboração com outras entidades, parcerias, sociedades, grupos de trabalho, comissões especializadas, ou integrar comissões, ou órgãos consultivos, de outras entidades, locais, regionais ou

nacionais, bem como promover, designadamente, a realização de encontros, conferências, viagens de estudo, concursos e outras ações tendentes a dignificar, valorizar e divulgar a Associação bem como a fomentar a formação, preparação, treino e intervenção dos bombeiros;-----

j) Promover o alargamento de ações, visando o benefício dos associados e de quantos participam das suas atividades específicas;-----

k) Promover a organização de iniciativas baseadas no princípio da cooperação, tendentes a obter a autonomia económica e financeira da Associação;-----

l) Desenvolver, com estrita observância do seu fim não lucrativo e sem prejuízo do seu escopo principal, outras atividades, a título gratuito ou remunerado, individualmente ou em associação, parceria ou por qualquer outra forma societária legalmente prevista, com outras pessoas singulares ou coletivas, desde que permitidas por deliberação da Direção;-----

m) Decidir os conflitos que sejam submetidos ao Conselho Disciplinar;-----

n) Fomentar o espírito do associativismo e do voluntariado junto da população e das entidades públicas e privadas;-----

o) Disponibilizar aos associados informações atempadas e corretas, relativamente às matérias que são da sua competência e atribuição;-----

p) Promover a imagem dos bombeiros junto dos meios de comunicação social;-----

q) Cumprir e fazer cumprir a lei e os regulamentos em vigor, no âmbito das suas competências.-----

ARTIGO 6.º

SÍMBOLOS

1. O Estandarte é o símbolo representativo da Associação e simultaneamente do Corpo de Bombeiros que dela faz parte integrante.-----

f.40
H6
Marte
D6
S5

2. A Assembleia-geral poderá deliberar a utilização de qualquer outro símbolo que se venha a entender por conveniente para a prossecução dos fins e ou objetivos da Associação.-----

3. As deliberações relativas à introdução ou alteração dos símbolos existentes terão que ser tomadas por três quartos dos votos dos Associados presentes.-----

CAPÍTULO II

DOS ASSOCIADOS

SECÇÃO I

CLASSIFICAÇÃO E ADMISSÃO

ARTIGO 7.º

CLASSIFICAÇÃO

1. Os Associados classificam-se em:-----

- a) Efetivos;-----
- b) Beneméritos;-----
- c) Honorários;-----
- d) Auxiliares.-----

2. São Associados Efetivos as pessoas singulares ou coletivas que contribuem para a prossecução dos fins da Associação mediante pagamento de uma quota segundo valores, periodicidade e lugar fixados pelos Regulamentos aprovados em Assembleia-geral.-----

3. São Associados Beneméritos as pessoas, singulares ou coletivas, que por serviços ou dádivas importantes à Associação mereçam da Assembleia- geral tal distinção.-----

4. São Associados Honorários as pessoas, singulares ou coletivas, que pelo seu mérito social ou em recompensa de relevantes serviços prestados à Associação mereçam da Assembleia-geral tal distinção.-----

5. São Associados Auxiliares as pessoas que prestem ou tenham prestado serviços efetivos não remunerados à Associação e cujas condições económicas não lhes permitam o pagamento da quota.-----

6. Os elementos do Corpo de Bombeiros, enquanto no ativo, são isentos do pagamento de quotas ficando, no entanto, com os mesmos deveres e direitos dos sócios efetivos.-----

A admissão (como Associado Auxiliar) dos elementos do Corpo de Bombeiros é feita por proposta do Comandante e os demais por proposta de qualquer elemento da Direcção.-----

ARTIGO 8.º

ADMISSÃO

1. Os Associados efetivos serão admitidos pela Direcção, a pedido dos próprios;-----

2. Tratando-se de menor ou incapaz, o pedido de admissão deverá ser feito pelos pais ou tutores, ficando o pagamento da quota e o cumprimento dos estatutos a cargo daqueles;-----

3. Da rejeição de admissão poderá ser interposto recurso para a Assembleia-geral no prazo de quinze dias a contar da notificação que se fará em carta registada com o aviso de receção.-----

SECÇÃO II

DIREITOS E DEVERES

ARTIGO 9.º

DIREITOS

1. Constituem direitos dos Associados efetivos:-----

a) Participar nas reuniões da Assembleia-geral e aí propor, discutir e votar os assuntos de interesse para a Associação;-----

b) Votar em atos eleitorais desde que no pleno gozo dos seus direitos;-----

7-7b
A
Marta

S
S

- c) Ser eleitos para cargos sociais nos termos do artigo 64.º;-----
- d) Recorrer para a Assembleia-geral de todas as irregularidades e infrações aos estatutos e regulamentos internos, com salvaguarda do disposto no n.º 4 deste artigo;
- e) Requerer a convocação de Assembleias-gerais extraordinárias nos termos da alínea b) do n.º 3 do artigo 40.º;-----
- f) Entrar livremente na Sede ou em quaisquer outras instalações da Associação, salvo tratando-se de zonas de acesso restrito definidas pela Direcção ou Comando;-----
- g) Utilizar os serviços que a Associação venha a prestar ou disponibilizar direta ou indiretamente nas condições definidas pelos regulamentos internos;-----
- h) Examinar livros, contas e demais documentos desde que o requeiram por escrito à Direcção, com a antecedência mínima de oito dias e esta verifique existir um interesse pessoal direto e legítimo do Associado;-----
- i) Apresentar sugestões de interesse coletivo para uma melhor realização dos fins prosseguidos pela Associação;-----
- j) Reclamar perante a Direcção de atos que considere lesivos dos interesses da Associação e dos seus Interesses de Associado;-----
- k) Requerer, por escrito, certidão de qualquer ata mediante pagamento dos respetivos custos;-----
- l) Desistir da qualidade de Associado.-----

2. Para exercer os direitos referidos no número anterior, os Associados Efetivos deverão ter o pagamento das quotas atualizado. -----

3. Os Associados Efetivos admitidos há menos de 6 meses apenas gozam dos direitos consignados nas alíneas f), g), i), j), k) e l) do número 1 e bem como do referido na alínea a) do mesmo número, mas sem direito a voto.-----

4. Os Associados que façam parte do Corpo de Bombeiros não poderão discutir em Assembleia-geral assuntos respeitantes à organização e disciplina do Corpo.-----

ARTIGO 10.º

DEVERES

São deveres dos Associados Efetivos, detentores de plena capacidade de exercício, além de outros previstos na lei geral:-----

a) Honrar a Associação em todas as circunstâncias e contribuir quanto possível para o seu prestígio;-----

b) Observar, cumprir e fazer cumprir as disposições legais, estatutárias e regulamentares;-----

c) Acatar as deliberações dos Órgãos Sociais legitimamente tomadas;-----

d) Exercer com dedicação, zelo e eficiência os cargos sociais para que foram eleitos ou nomeados, salvo pedido de escusa por doença ou outro motivo atendível, apresentado ao Presidente da Mesa da Assembleia- geral e por este considerado justificado;-----

e) Não cessar a atividade nos cargos sociais sem prévia participação fundamentada e por escrito ao Presidente da Mesa da Assembleia- geral;-----

f) Zelar pelos interesses da Associação, comunicando por escrito à Direcção quaisquer irregularidades de que tenham conhecimento;-----

g) Pagar pontualmente a quota fixada;-----

h) Comparecer às Assembleias-gerais cuja convocação tenham requerido; -----

i) Comunicar por escrito à Direcção o local de pagamento das quotas e qualquer situação que altere os seus elementos de identificação, designadamente a mudança de residência;-----

j) Tratar com respeito e urbanidade a Associação, as suas Insígnias, órgãos sociais, respetivos titulares, comando, bombeiros, colaboradores da Associação e todos com quem, na qualidade de associado, se relacione;-----

k) Os demais associados estão dispensados dos deveres das alíneas d), e), g), e i).

7.47
Marta
Do
SU

SECÇÃO II

SANÇÕES E RECOMPENSAS

SUBSECÇÃO I

INFRACÇÕES DISCIPLINARES E SANÇÕES

ARTIGO 11º

INFRACÇÃO DISCIPLINAR

Constitui infração disciplinar, punível com as sanções estabelecidas nos artigos seguintes, a violação, pelo associado, dos deveres consignados no artigo 12.º.-----

ARTIGO 12º

SANÇÕES E COMPETÊNCIA DISCIPLINARES

1. Os associados que incorrerem em responsabilidade disciplinar ficam sujeitos, consoante a natureza e gravidade da infração, às seguintes sanções:-----

- a) Advertência verbal;-----
- b) Advertência por escrito;-----
- c) Suspensão até doze meses;-----
- d) Expulsão.-----

2. A graduação das penas bem como a competência para a sua aplicação constam de Regulamento próprio aprovado pela Assembleia-geral.-----

ARTIGO 13.º

PROCESSO DISCIPLINAR

As decisões de aplicação das penas de suspensão e expulsão serão sempre precedidas da instauração de processo disciplinar, com audiência obrigatória do associado.-----

ARTIGO 14.º

RECURSOS

1. Da decisão que aplique pena de suspensão cabe recurso para a Assembleia Geral a interpor, pelo associado punido, no prazo de trinta dias a contar da notificação da decisão recorrida, devendo sobre o mesmo ser tomada deliberação final, em Assembleia Geral Extraordinária, até sessenta dias úteis após a interposição do recurso.-----

2. Da decisão da Assembleia-geral que aplique a pena de expulsão cabe recurso judicial.-----

ARTIGO 15.º

CONSEQUÊNCIAS ESPECIAIS

1. Os Associados que façam parte do Corpo de Bombeiros e que sejam punidos com suspensão, nos termos do Regulamento Disciplinar do Corpo de Bombeiros, ficam impedidos de acesso às instalações da Associação durante o período de suspensão.----

2. Os sócios que façam parte do Corpo de Bombeiros e que sejam punidos com demissão nos termos do Regulamento Disciplinar do Corpo de Bombeiros, perdem, automaticamente, a qualidade de sócio.-----

SUBSECÇÃO II

RECOMPENSAS

ARTIGO 16.º

DISTINÇÕES

Aos Associados, pessoas singulares ou coletivas, entidades ou coletividades e elementos do Corpo de Bombeiros que prestarem serviços relevantes à Associação, merecedores de especial reconhecimento, poderão ser atribuídas as seguintes distinções:-----

a) Louvor concedido pela Direcção;-----

- 7.48
Marta
SE
- b) Louvor concedido pela Assembleia-geral;-----
 - c) Nomeação como Sócio Benemérito ou Honorário;-----
 - d) Condecorações de acordo com o Regulamento de distinções honoríficas da Associação, proposto pela Direcção e aprovado em Assembleia-geral.-----

SECÇÃO IV

SUSPENSÃO, PERDA DA QUALIDADE DE ASSOCIADO E READMISSÃO

ARTIGO 17.º

SUSPENSÃO DA QUALIDADE DE ASSOCIADO

1. Os Associados Efetivos podem, por razões ponderosas devidamente fundamentadas, solicitar à Direcção a suspensão da sua qualidade de Associado, por um período máximo de 1 ano.-----
2. Do indeferimento caberá recurso para o Presidente da Mesa da Assembleia-geral.--

ARTIGO 18.º

PERDA DA QUALIDADE DE ASSOCIADO

1. Perdem a qualidade de associados:-----
 - a) Os que tiverem sido punidos com a pena de expulsão, nos termos do artigo 13.º, ou demitidos nos termos do Regulamento do Corpo de Bombeiros;-----
 - b) Os que pedirem a exoneração;-----
 - c) Os que não pagarem as quotas correspondentes a 24 meses, seguidos ou interpolados, se não satisfizerem o débito no prazo de trinta dias a contar da notificação para regularização da situação contributiva.-----
2. A perda da qualidade de Associado pelos motivos referidos na alínea a) é da competência da Assembleia-geral.-----
3. A perda da qualidade de associado pelos motivos referidos nas alíneas b) e c), do número anterior, é da competência da Direcção.-----

4. O Sócio que por qualquer forma perder essa qualidade deverá obrigatoriamente devolver o documento de identificação e não terá direito a reaver as quotas que haja pago, sem prejuízo da sua responsabilidade por toda a atuação em que foi membro da Associação.-----

ARTIGO 19.º

READMISSÃO DE ASSOCIADOS

1. Podem ser readmitidos, os que tiverem sido:-----

a) Exonerados a seu pedido;-----

b) Eliminados por falta de pagamento das quotas.-----

2. Podem ainda ser readmitidos os Associados reabilitados em revisão de processo de expulsão.-----

3. A readmissão só se efetivará a pedido do Interessado.-----

4. Quando o motivo da expulsão tenha sido a falta de pagamento de quotas é condição, para a readmissão, o pagamento das quotizações correspondentes ao período compreendido entre a decisão de expulsão e a readmissão, podendo a Direcção permitir que, neste caso, os encargos sejam satisfeitos, a requerimento do interessado, em prestações mensais, até ao máximo de doze.-----

CAPÍTULO III

DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

SECÇÃO I

PRINCÍPIOS GERAIS

ARTIGO 20º

ÓRGÃOS SOCIAIS

1. São Órgãos Sociais da Associação:-----

7.99
Marta

- a) Assembleia-geral;-----
- b) Direcção;-----
- c) Conselho Fiscal.-----

510
53

2. A Mesa da Assembleia-geral, a Direcção e o Conselho Fiscal, são constituídos respetivamente por um número ímpar de titulares, de entre os Associados Efetivos, dos quais um será o Presidente.-----

ARTIGO 21.º

DURAÇÃO DO MANDATO DOS ELEITOS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

A duração do mandato dos eleitos para os Órgãos Sociais é de três anos, sem prejuízo de destituição, nos termos da lei, podendo ser reeleitos sem limitação de mandatos.---

ARTIGO 22.º

EXCLUSIVIDADE E IMPEDIMENTOS

1. Aos titulares dos órgãos sociais não é permitido o desempenho simultâneo de mais de um cargo na Associação bem como não é permitido o desempenho de cargos em órgãos sociais de outras Associações Humanitárias de Bombeiros.-----

2. Os presidentes, da Mesa da Assembleia-geral e dos órgãos de administração e fiscalização, estão impedidos de exercer quaisquer funções no quadro de comando e no quadro ativo do respetivo corpo de bombeiros.-----

ARTIGO 23.º

INELEGIBILIDADE E INCAPACIDADES

1. Não podem ser reeleitos ou novamente designados membros dos Órgãos Sociais os associados que, mediante processo disciplinar ou judicial, tenham sido declarados responsáveis por irregularidades cometidas no exercício dessas funções ou removidos dos cargos que desempenhavam.-----

2. O disposto no número anterior é extensível à reeleição ou nova designação para órgãos sociais da mesma ou de outra Associação Humanitária de Bombeiros.-----

3. Os titulares dos Órgãos Sociais não podem votar em assuntos que diretamente lhes digam respeito, ou nos quais sejam interessados os respetivos cônjuges, ascendentes, descendentes e afins.-----

4. É vedado à associação contratar direta ou indiretamente com os titulares dos Órgãos Sociais, seus cônjuges, ascendentes, descendentes e afins ou com sociedades em que qualquer destes tenha interesses.-----

ARTIGO 24.º

POSSE

1. A posse será conferida pelo Presidente cessante da Mesa da Assembleia-geral, ou pelo seu substituto, em sessão pública anunciada para o efeito no prazo máximo de trinta dias a contar da data da promulgação dos resultados do ato eleitoral.-----

2. Enquanto não se verificar a posse dos membros eleitos para os órgãos sociais, os membros cessantes manter-se-ão em funções com meros poderes de gestão.-----

3. Se o Presidente cessante da Mesa da Assembleia-geral ou o seu substituto não conferir a posse no prazo estabelecido, os membros dos órgãos sociais eleitos entrarão em exercício, salvo se houver impugnação judicial do ato eleitoral.-----

ARTIGO 25.º

ENTREGA DE VALORES E DOCUMENTOS

É obrigação legal dos órgãos sociais cessantes fazer a entrega de todos os valores, documentos, inventários e arquivos da Associação aos órgãos eleitos para novo mandato e até ao ato da posse destes.-----

ARTIGO 26.º

RESPONSABILIDADE DOS TITULARES DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

1. Os titulares dos Órgãos Sociais não podem abster-se de votar nas reuniões a que estiverem presentes e são responsáveis, civil e criminalmente, pelas faltas ou irregularidades cometidas no exercício do mandato.-----

2. Os titulares dos Órgãos Sociais ficam exonerados de responsabilidade se:-----

f.100
Mark
SE

a) Não tiverem tomado parte na respetiva deliberação e a reprovarem com declaração na ata da sessão imediata em que se encontrem presentes;-----

b) Tiverem votado contra essa deliberação e o fizerem consignar na ata respetiva.

3. A aprovação dada pela Assembleia Geral ao relatório e contas de gerência da Direcção e ao parecer do Conselho Fiscal iliba os membros destes Órgãos Sociais da responsabilidade para com a Associação, salvo provando-se omissões por má-fé ou falsas indicações.-----

ARTIGO 27.º

REPRESENTAÇÃO

1. A representação da Associação, em juízo ou fora dele, cabe à Direcção ou a quem ela designar, sem prejuízo do disposto no artigo seguinte.-----

2. Perante as entidades públicas administrativas a quem compete a fiscalização, inspeção e controlo da utilização de fundos públicos, responde, em nome da Associação, a Direcção.-----

ARTIGO 28.º

DELIBERAÇÕES E ATAS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

1. Os órgãos de administração e fiscalização só podem deliberar com a presença da maioria dos seus titulares.-----

2. As deliberações dos órgãos de administração e fiscalização, salvo diferente disposição estatutária ou legal, são tomadas por maioria dos titulares presentes, tendo o Presidente voto de qualidade em caso de empate na votação.-----

3. As deliberações da Assembleia-geral, para as quais os presentes estatutos ou a lei não exijam maioria qualificada, serão tomadas por maioria simples dos votos dos associados presentes.-----

4. As deliberações respeitantes a eleições de Órgãos Sociais e a assuntos de incidência pessoal dos seus titulares são realizadas por escrutínio secreto.-----

5. São sempre lavradas atas das reuniões de qualquer Órgão Social da Associação, as quais são obrigatoriamente assinadas por todos os membros presentes ou, quando respeitem a reuniões da Assembleia-geral, pelos membros da respetiva Mesa.-----

ARTIGO 29.º

CONDIÇÕES DE EXERCÍCIO DOS CARGOS

1. O exercício de qualquer cargo nos Órgãos Sociais da associação é gratuito, mas pode justificar o pagamento de despesas dele derivado.-----

2. Quando o volume do movimento financeiro ou a complexidade da administração da Associação exija a presença prolongada de um ou mais titulares do órgão de administração podem estes ser remunerados, sendo a remuneração determinada pela Assembleia-geral.-----

ARTIGO 30.º

FORMA DE OBRIGAR

1. Para obrigar a Associação são necessárias e bastantes assinaturas de dois membros efetivos da Direcção, uma das quais será a do Presidente.-----

2. Nas operações financeiras são obrigatórias as assinaturas conjuntas do Presidente da Direcção e a do Tesoureiro.-----

3. Os atos de mero expediente poderão ser assinados por qualquer membro da Direcção.-----

ARTIGO 31.º

RENÚNCIA AO MANDATO

1. Os membros dos órgãos sociais da Associação podem renunciar ao mandato devendo para o efeito comunicá-lo de imediato ao Presidente da Mesa da Assembleia-geral.-----

2. Compete ao Presidente da Mesa da Assembleia-geral, em consequência da renúncia, declarar a vacatura do lugar, dando de imediato conhecimento ao Presidente do respetivo órgão.-----

ARTIGO 32.º

CAUSAS PARA A PERDA DE MANDATO

São causas para a perda de mandato dos elementos dos órgãos sociais:-----

- a) A perda da qualidade de Associado;-----
- b) A destituição do cargo pela Assembleia-geral;-----
- c) A condenação como crime grave;-----
- d) A não comparência injustificada às reuniões do respetivo órgão social a que pertença, por 3 vezes consecutivas ou 6 alternadas.-----

ARTIGO 33.º

SUBSTITUIÇÃO DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

1. No caso de falta, impedimento ou vacatura de lugar de Presidente de qualquer órgão, o mesmo será preenchido pelo Vice-presidente.-----
2. No caso de vacatura do cargo de qualquer outro membro dos órgãos sociais, competirá ao respetivo órgão social chamar o primeiro suplente pela ordem constante da lista eleita, e deliberar sobre o preenchimento desse lugar vago.-----
3. No caso de se esgotar o número de suplentes para o preenchimento das vagas, e o órgão ficar sem quórum deliberativo, proceder-se-á a nova eleição para esse órgão.---
4. Em qualquer das circunstâncias indicadas nos números 2 e 3 deste artigo, os membros designados para preencher os cargos apenas completam o mandato.-----

SECÇÃO II

ASSEMBLEIA-GERAL

SUBSECÇÃO I

ESTATUTO E COMPOSIÇÃO

ARTIGO 34.º

ESTATUTO E COMPOSIÇÃO

f. 109
Mante
S 12
S 11

1. A Assembleia-geral é constituída pelos Associados Efetivos no pleno gozo dos seus direitos e, nela, reside o poder deliberativo da Associação.-----

2. Consideram-se Associados Efetivos no pleno gozo dos seus direitos os que não tenham as quotas em atraso ou não se encontrem suspensos.-----

ARTIGO 35.º

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

1. A Assembleia-geral é dirigida pela respetiva Mesa, que se compõe de um Presidente, um Vice-presidente e um Secretário.-----

2. Haverá ainda dois suplentes.-----

3. Na falta ou impedimento do Presidente e do Vice-presidente cabe à Assembleia-geral designar de entre os Associados presentes quem presidirá à Mesa.-----

4. Na falta ou impedimento do Secretário o Presidente da Mesa designará de entre os Associados presentes quem deve secretariar a reunião.-----

5. No caso de vacatura de lugar o mesmo será preenchido tendo em conta o disposto no artigo 33.º.-----

SUBSECÇÃO II

COMPETÊNCIAS

ARTIGO 36.º

COMPETÊNCIA DA ASSEMBLEIA GERAL

1. Compete à Assembleia-geral deliberar sobre todas as matérias não compreendidas nas atribuições e competências legais ou estatutárias dos outros Órgãos Sociais.-----

2. São, necessariamente, da competência da Assembleia-geral:-----

a) Definir as linhas fundamentais de atuação da Assembleia-geral;-----

b) Acompanhar a atuação dos demais Órgãos Sociais e zelar pelo cumprimento da Lei bem como dos Estatutos e Regulamentos da Associação;-----

f. 200 #
Marta

3
5

- c) Apreciar e votar as propostas de alteração aos Estatutos;-----
- d) Apreciar e votar os Regulamento bem como as alterações que lhe sejam propostas;-----
- e) Deliberar sobre a extinção da Associação bem como eleger a Comissão Liquidatária e destino dos bens;-----
- f) Eleger e destituir, por votação secreta os membros dos Órgãos Sociais;-----
- g) Apreciar e votar o relatório e conta de gerência do ano anterior bem como o parecer do Conselho Fiscal;-----
- h) Apreciar e votar o Plano de Atividades e Orçamento para o ano seguinte, bem como o parecer do Conselho Fiscal e ainda os orçamentos suplementares propostas pela Direcção;-----
- i) Apreciar e deliberar sobre todos os requerimentos propostas e recursos que lhe sejam apresentados pelos membros dos Órgãos Sociais ou Associados, de acordo com os Estatutos e Regulamentos;-----
- j) Fixar, sob proposta da Direcção, os valores mínimos da quota dos Associados bem como a periodicidade e forma de pagamento;-----
- k) Deliberar, sob proposta da Direcção, a nomeação de Associados Beneméritos e Honorários;-----
- l) Atribuir Louvores e Condecorações nos termos dos Estatutos e Regulamentos aprovados em Assembleia-geral;-----
- m) Autorizar o Presidente da Direcção da Associação a demandar judicialmente os membros dos Órgãos Sociais, por atos lesivos praticados no exercício das suas funções;
- n) Autorizar a Direcção a contrair ou fazer empréstimos e aquisições, desde que excedam os atos de administração ordinária, após parecer do Conselho Fiscal;-----
- o) Autorizar a Direcção a arrendar ou alienar imóveis da Associação bem como participações ou outras que a Associação detenha.-----

ARTIGO 37.º

COMPETÊNCIA DO PRESIDENTE DA MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

Compete ao Presidente da Mesa da Assembleia-geral:-----

- a) Convocar e dirigir os trabalhos da Assembleia-geral e demais reuniões por si convocadas, nomeadamente as reuniões conjuntas dos Órgãos Sociais e do Conselho Disciplinar;-----
- b) Assinar os termos de abertura e encerramento e rubricar os livros de atas da Assembleia-geral;-----
- c) Dar posse aos membros eleitos dos Órgãos Sociais;-----
- d) Receber e submeter à Assembleia-geral, nos prazos legais, os requerimentos e recursos cuja decisão seja competência desta;-----
- e) Fixar o limite de tempo e o número de intervenções permitidas a cada associado, na discussão de cada assunto, excetuando-se os representantes dos Órgãos Sociais, na Sessão da Assembleia em que a intervenção ocorrer;-----
- f) Presidir e tramitar todo o processo eleitoral dos Órgãos Sociais, de acordo com a lei e os presentes estatutos, nomeadamente, verificar a elegibilidade dos candidatos bem como a regularidade das listas concorrentes;-----
- g) Integrar o Conselho Disciplinar;-----
- h) Exercer as demais competências que lhe sejam conferidas pela lei, estatutos ou deliberações da Assembleia-geral;-----
- i) Participar, sempre que o entenda por conveniente, nas reuniões dos demais Órgãos Sociais mas sem direito a voto.-----

ARTIGO 38.º

COMPETÊNCIA DO VICE-PRESIDENTE DA MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

Compete ao Vice-Presidente da Mesa da Assembleia-geral coadjuvar o Presidente da Mesa no exercício das suas funções e substituí-lo nas suas faltas ou impedimentos.---

ARTIGO 39.º

f. 103
H
Hartz

COMPETÊNCIA DO SECRETÁRIO DA MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

Compete ao secretário da Mesa da Assembleia-geral:-----

574
55

- a) Lavrar as atas e emitir as certidões respectivas no prazo de quinze dias a contar da data em que foram requeridas;-----
- b) Preparar e tramitar todo o expediente da Mesa;-----
- c) Fazer o registo dos associados presentes nas sessões da Assembleia- geral e dos que durante a sessão pedirem para intervir, pela respectiva ordem;-----
- d) Escrutinar no ato eleitoral;-----
- e) Praticar todos os demais atos e funções decorrentes da lei, estatutos e regulamentos.-----

SUBSECÇÃO III

FUNCIONAMENTO

ARTIGO 40.º

REUNIÕES

- 1. As reuniões da Assembleia-geral são ordinárias e extraordinárias.-----
- 2. A Assembleia-geral reunirá ordinariamente:-----
 - a) No final de cada mandato, no mês de Dezembro, para a eleição dos órgãos sociais;-----
 - b) Até ao final do mês de Dezembro de cada ano, por solicitação da Direcção, para aprovar o Plano e Orçamento para o ano seguinte;-----
 - c) Até trinta e um de Março de cada ano, por solicitação da Direcção, para a discussão e aprovação do Relatório e Conta de Gerência do ano anterior e do parecer do Conselho Fiscal, devendo estes documentos estarem patentes para consulta dos Associados nos oito dias anteriores à realização da Assembleia Geral.-----
- 3. A Assembleia-geral reunirá extraordinariamente: -----

- a) A pedido da Direcção ou do Conselho Fiscal;-----
- b) A requerimento fundamentado e subscrito por um mínimo de cem associados efetivos no pleno gozo dos seus direitos sociais;-----
- c) A requerimento de qualquer associado, caso a Direcção não solicite a convocação da Assembleia-geral nos casos em que deve fazê-lo.-----
4. A reunião da Assembleia-geral que seja convocada ao abrigo da alínea b) do número anterior só poderá efetuar-se se estiverem presentes, pelo menos, três quartos dos requerentes.-----
5. Quando a reunião prevista no número anterior não se realizar por falta do número mínimo de associados requerentes, ficam, os que faltarem, inibidos, pelo prazo de dois anos, de requerer a reunião extraordinária da Assembleia Geral sendo obrigados a pagar as despesas decorrentes da convocação, salvo se justificarem a falta por motivos de força maior.-----

ARTIGO 41.º

FORMA DE CONVOCAÇÃO

1. A Assembleia-geral é convocada, pelo Presidente da Mesa da Assembleia-geral, através de Edital afixado na sede social e outros locais julgados de interesse para o efeito, publicado num dos jornais locais e pelo envio através das Tecnologias de Informação e Comunicação, com o mínimo de oito dias de antecedência, indicando-se no mesmo aviso o dia, hora e local da reunião e a respetiva ordem de trabalhos.-----
2. A comparência de todos os associados sanciona quaisquer irregularidades da convocação, desde que nenhum deles se oponha à realização da Assembleia-geral.----

ARTIGO 42.º

FUNCIONAMENTO

1. A Assembleia-geral não pode deliberar, em primeira convocação, sem a presença de, pelo menos, metade dos associados, podendo deliberar 30 minutos depois da hora

7.104

Marta

inicial, com qualquer número de presenças, desde que não inferior a três associados efetivos.-----

2. As deliberações da Assembleia-geral são tomadas em observância com o disposto no n.º 3 do artigo 28.º.-----

MS
SE

ARTIGO 43.º

REPRESENTAÇÃO DOS ASSOCIADOS

1. É admitida a representação do Associado, no pleno gozo dos seus direitos, mediante carta do próprio, com letra e assinatura reconhecidas notarialmente, dirigida ao Presidente da Mesa da Assembleia-geral.-----

2. A delegação de poderes só pode ser feita noutro Associado, também no pleno gozo dos seus direitos.-----

3. Não poderão ser delegadas mais que três representações em cada associado.-----

ARTIGO 44.º

PRIVAÇÃO DO DIREITO DE VOTO

1. O Associado não pode votar, por si ou como representante de outrem, nas matérias em que haja conflito de interesses entre a associação e o próprio, ou o representado, seus cônjuges, ascendentes ou descendentes.-----

ARTIGO 45.º

DELIBERAÇÕES ANULÁVEIS

1. São anuláveis as deliberações contrárias à lei e aos estatutos, seja pelo seu objetivo, seja por irregularidades havidas na convocação dos associados ou no funcionamento da assembleia.-----

2. São ainda anuláveis as deliberações:-----

a) Tomadas sobre matéria estranha à ordem de trabalhos, salvo se todos os Associados comparecerem à reunião e concordarem com o aditamento;-----

b) Tomadas com infração do disposto no artigo anterior destes estatutos se o voto do Associado impedido for essencial à existência da maioria necessária.-----

ARTIGO 46.º

ATAS

De todas as reuniões da Assembleia-geral serão lavradas atas, em livro próprio onde constarão o número de associados presentes e as discussões e deliberações tomadas, as quais serão assinadas por todos os membros da Mesa.-----

SECÇÃO III

ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO

SUBSECÇÃO I

PRINCIPIOS GERAIS

ARTIGO 47.º

FUNCIONAMENTO DOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO

1. Os órgãos de administração e fiscalização são convocados pelos respectivos Presidentes e as respetivas deliberações tomadas em observância com o disposto no n.º 1 e 2 no artigo 28.º destes estatutos.-----

2. A falta de quórum deliberativo por impossibilidade de preenchimento de lugares vagos em qualquer órgão implica a convocação extraordinária de eleições para esse mesmo órgão.-----

SUBSECÇÃO I

DA DIRECÇÃO

ARTIGO 48.º

COMPOSIÇÃO

1. A Direcção é composta por 7 membros efetivos, sendo um Presidente, um Vice-presidente, um 1.º Secretário, um 2.º Secretário, um Tesoureiro, 2 vogais.-----

2. Haverá três suplentes que se tornarão efetivos à medida que se derem as vagas e pela ordem que tiverem sido eleitos.-----

f.203
A
Mark

816
57

ARTIGO 49.º

COMPETÊNCIAS DA DIREÇÃO

1. A Direção é o órgão de administração da Associação.-----
2. Compete à Direção gerir a Associação e representá-la, incumbindo-lhe, designadamente:-----
 - a) Garantir a prossecução do fim social e efetivação dos direitos dos Associados;
 - b) Garantir a efetivação dos direitos dos associados;-----
 - e) Elaborar anualmente e submeter a parecer do Conselho Fiscal o relatório e contas de gerência, bem como o plano de atividades e Orçamento para o ano seguinte;-----
 - d) Remeter à Mesa da Assembleia-geral para aprovação, o Plano de Atividades e Orçamento para o Ano seguinte bem como o Relatório e Conta de Gerência do Ano anterior, acompanhados do parecer do Conselho Fiscal;-----
 - e) Assegurar a organização e o funcionamento dos serviços, bem como a escrituração dos livros, nos termos da lei;-----
 - f) Contratar e gerir o pessoal dos quadros da Associação fixando os respetivos horários de trabalho e vencimentos;-----
 - g) Representar a Associação em juízo e fora dele;-----
 - h) Solicitar ao Presidente da Mesa da Assembleia-geral, a convocação das Assembleias-gerais para aprovação do Relatório e Conta de Gerência e ainda do Plano de Atividades e Orçamento, sem prejuízo das demais convocatórias daquele órgão nas circunstâncias fixadas nos presentes estatutos;-----
 - i) Aprovar ou indeferir as propostas de admissão de Associados efetivos;-----

- j) Propor à Assembleia-geral a nomeação de Associados Beneméritos e Honorários bem como propor a atribuição de louvores da competência deste órgão social;-----
- k) Propor à Assembleia-geral a reforma ou alteração dos estatutos;-----
- l) Fixar ou modificar a estrutura dos serviços da Associação, elaborando os respetivos regulamentos;-----
- m) Fornecer ao Conselho Fiscal os elementos que lhe forem solicitados para o cumprimento das suas atribuições;-----
- n) Manter sob a sua guarda e responsabilidade os bens e valores da Associação;---
- o) Elaborar e manter atualizado o inventário do património da Associação;-----
- p) Ordenar a instauração de processos disciplinares aos associados e aplicar sanções nos termos dos presentes estatutos, em matéria da sua competência;-----
- q) Submeter à apreciação e votação da Assembleia-geral os assuntos que, pela sua importância, exijam deliberação daquele órgão;-----
- r) Propor à Assembleia-geral a alteração do valor de quota mínima;-----
- s) Fixar as taxas eventualmente devidas pela utilização dos serviços da Associação, por terceiras pessoas;-----
- t) Aceitar heranças e donativos, nos termos da lei;-----
- u) Celebrar contratos de desenvolvimento em áreas específicas, no âmbito da prevenção e reação a acidentes e designadamente quanto à criação e o funcionamento de equipas de intervenção permanente, ou outras, legal ou protocolarmente previstas;-----
- v) Nomear comissões ou grupos de trabalho que entenda convenientes para uma melhor prossecução dos objetivos estatutários;-----
- w) Deliberar sobre a aquisição onerosa, alienação a qualquer título e o arrendamento ou cedência a qualquer título, de bens móveis, ainda que sujeitos a registo, pertencentes à Associação e respetivo processo de concurso público ou hasta

f.106
Marta

pública, ou dispensa dos mesmos, em razão do procedimento julgado mais conveniente, fundamentado em ata, sendo que, em qualquer caso, os preços e valores aceites não podem ser inferiores aos que vigorarem no mercado; -----

x) Exercer todas as demais funções que lhe sejam atribuídas por lei, pelos presentes estatutos e regulamentos e praticar todos os atos necessários à defesa dos interesses da Associação;-----

y) Elaborar regulamentos internos sobre matérias da sua competência e zelar pelo cumprimento da lei, dos estatutos, dos regulamentos internos e das deliberações dos órgãos da Associação; -----

z) Nomear os elementos do Comando e remeter à Autoridade Nacional de Proteção Civil, para homologação;-----

aa) Atribuir distinções honoríficas de acordo com os Regulamentos Internos;-----

bb) Manter atualizada e apta a ser apresentada aos órgãos sociais, relação dos sócios no pleno gozo dos seus direitos;-----

cc) Promover eventos desportivos, culturais e recreativos, bem como iniciativas no âmbito dos cuidados de saúde e ainda outras atividades, com ou sem fins lucrativos, previstas nos Regulamentos ou autorizadas pela Assembleia-geral;-----

dd) Propor à Assembleia-geral o arrendamento ou alienação de imóveis da Associação.-----

3. A Direção pode delegar em profissionais qualificados ao serviço da instituição, ou em mandatários, alguns dos seus poderes, nos termos previstos nos estatutos ou aprovados pela Assembleia Geral, bem como revogar os respetivos mandatos, podendo ainda, em alternativa, delegar poderes de gestão executiva, numa comissão executiva, composta por três elementos, sendo presidida pelo Presidente ou, na sua ausência ou impedimento, pelo Vice-Presidente, e ainda por outro titular efetivo da Direção, podendo o terceiro elemento ser um funcionário do quadro do pessoal contratado do quadro de pessoal da Associação. -----

ARTIGO 50.º

COMPETÊNCIAS DO PRESIDENTE

Compete ao Presidente da Direcção:-----

- a) Superintender na Administração da Associação e orientar e fiscalizar os respetivos serviços;-----
- b) Representar a Associação em juízo e fora dele;-----
- c) Convocar e presidir às reuniões da Direcção;-----
- d) Promover o cumprimento das deliberações da Assembleia-geral, do Conselho Fiscal, da Direcção e do Conselho Disciplinar;-----
- e) Assinar os termos de abertura e encerramento e rubricar o livro das atas da Direcção;-----
- f) Integrar o Conselho Disciplinar;-----
- g) Exercer todas as demais funções que lhe sejam atribuídas pela lei, pelos estatutos e regulamentos, bem como as que lhe forem expressamente delegadas pelas Direcção, desde que sejam legalmente delegáveis.-----

ARTIGO 51.º

COMPETÊNCIA DO VICE-PRESIDENTE

Compete ao Vice-Presidente substituir o Presidente nas suas faltas ou impedimentos e colaborar com a Direcção e com o Presidente no exercício das respetivas competências, designadamente:-----

- a) Na elaboração de resumo das atividades o qual constituirá elemento para o relatório da Direcção a apresentar em Assembleia-geral;-----
- b) Na elaboração das propostas dos orçamentos da Associação, submetendo-os à apreciação da Direcção;-----
- c) Na observância dos preceitos orçamentais e na aplicação das respetivas dotações;-----

f.10+
Mark

- d) No cumprimento dos serviços de contabilidade e expediente mantendo-os sempre organizados e atualizados;-----
- e) No cumprimento das disposições legais em relação aos trabalhadores;-----
- f) No zelo pela conservação do património da Associação que lhe está afeto.-----

ARTIGO 52.º

COMPETÊNCIAS DO SECRETÁRIO

- 1. Compete ao 1.º Secretário:-----
 - a) Organizar e orientar todo o serviço de secretaria;-----
 - b) Preparar a agenda de trabalho para as reuniões da Direcção, de acordo com as orientações do Presidente ou de quem o substitua;-----
 - c) Lavrar as atas no respetivo livro mantendo-o sempre em dia;-----
 - d) Prover todo o expediente da Associação;-----
 - e) Passar, no prazo de quinze dias, as certidões das atas pedidas pelos associados.
- 2. Ao 2.º Secretário compete:-----
 - a) Coadjuvar o Secretário no exercício das suas funções e substituí-lo nas suas faltas ou impedimentos;-----
 - b) Executar as tarefas que lhe forem delegadas.-----

ARTIGO 53.º

COMPETÊNCIAS DO TESOUREIRO

- 1. Compete ao Tesoureiro:-----
 - a) A arrecadação de receitas;-----
 - b) A satisfação das despesas autorizadas;-----

- c) Assinar, todos os documentos em que legal e estatutariamente a sua assinatura seja obrigatória, designadamente nas operações financeiras conjuntamente com o Presidente da Direcção, ou, na sua falta ou impedimento, com o Vice - Presidente;-----
- d) Emitir as autorizações de pagamento e as guias de receita, arquivando todos os documentos de despesa e receita;-----
- e) Depositar em qualquer instituição de crédito, à ordem da Associação, as disponibilidades financeiras;-----
- f) A orientação e controlo da escrituração de todos os livros de receita e despesas, velando pela segurança de todos os haveres e conferindo o cofre pelo menos uma vez por mês;-----
- g) A apresentação à Direcção do balancete em que se discriminem as receitas e as despesas do mês anterior, bem como a prestação de contas, sempre que a Direcção o entenda;-----
- h) A elaboração anual de um Orçamento em que se discriminem as receitas e despesas previstas para o exercício do ano seguinte;-----
- i) Efetuar o necessário provimento de fundos para que, nas datas estabelecidas a Associação, possa solver os seus compromissos;-----
- j) A atualização do inventário do património associativo;-----
- l) Em geral prestar todos os esclarecimentos sobre assuntos de contabilidade e tesouraria.-----

ARTIGO 54.º

COMPETÊNCIAS DOS VOGAIS E SUPLENTES DA DIRECÇÃO

1. Aos Vogais compete coadjuvar os restantes elementos do elenco diretivo e desempenhar as missões que lhes forem atribuídas.-----
2. Os Suplentes podem participar nas reuniões de Direcção, sem direito a voto, competindo-lhes colaborar com a Direcção no exercício das funções de gestão da Associação.-----

f.108
L
Marta
Sng
SM

ARTIGO 55.º

FUNCIONAMENTO

1. A Direção reunirá sempre que for julgado conveniente, sob convocação do Presidente, por iniciativa deste ou da maioria dos seus membros ou a pedido do Conselho Fiscal ou da Assembleia-geral, mas, obrigatoriamente, uma vez por mês.----
2. As deliberações serão tomadas, tendo em conta o disposto nos números 1 e 2 do artigo 28.º e número 1 do artigo 47.º, cabendo ao Presidente, voto de qualidade em caso de empate.-----
3. O Comandante do Corpo de Bombeiros, ou quem legalmente o substitua, é, por inerência, vogal da Direção, tendo assento nas reuniões desta sem direito a voto e com funções consultivas.-----
4. Das reuniões da Direção serão lavradas atas em livro próprio, que deverão ser assinadas pelos presentes.-----

SUBSECÇÃO III

DO CONSELHO FISCAL

ARTIGO 56.º

COMPOSIÇÃO

- 1- O Conselho Fiscal é constituído por um Presidente, um Vice-presidente e um Secretário Relator.-----
- 2 - Haverá simultaneamente 2 suplentes, que se tornarão efetivos à medida que se derem vagas e pela ordem em que tiverem sido eleitos, podendo, até então e sem prejuízo disso, assistirem às reuniões do Conselho Fiscal e tomarem parte na discussão dos assuntos, mas sem direito a voto.-----

ARTIGO 57.º

COMPETÊNCIAS DO CONSELHO FISCAL

1. O Conselho Fiscal é o órgão de fiscalização da Associação.-----
2. Ao Conselho Fiscal compete zelar pelo cumprimento da lei e dos estatutos, incumbindo-lhe, designadamente:-----
 - a) Exercer a fiscalização sobre a escrituração e documentos da instituição, sempre que o julgue conveniente;-----
 - b) Assistir ou fazer-se representar por um dos seus titulares às reuniões do órgão de administração, sempre que o julgue conveniente;-----
 - e) Dar parecer sobre o relatório, contas e orçamento e sobre todos os assuntos que o órgão de administração submeta à sua apreciação;-----
 - d) Solicitar a convocação da Assembleia-geral sempre que o julgar conveniente;--
 - e) Solicitar à Direcção reuniões extraordinárias para discussão conjunta de assuntos cuja importância o justifique;-----
 - f) Emitir parecer aos outros Órgãos Sociais sobre quaisquer assuntos para que seja consultado, designadamente sobre a aquisição onerosa e alienação de imóveis, reforma ou alteração dos Estatutos e dissolução da Associação;-----
 - g) Exercer todas as outras competências que lhe sejam atribuídas pelos Estatutos e regulamentos.-----

ARTIGO 58.º

COMPETÊNCIAS DO PRESIDENTE

- Compete ao Presidente do Conselho Fiscal:-----
- a) Convocar e presidir às reuniões do Conselho Fiscal;-----
 - b) Assinar os termos de abertura e enceramento e rubricar o respetivo livro de atas;-----
 - c) Integrar o Conselho Disciplinar;-----
 - d) Representar o Conselho Fiscal na Assembleia-geral;-----

e) Exercer todas as demais funções que lhe sejam atribuídas pela lei, pelos Estatutos e Regulamentos.-----

ARTIGO 59.º

COMPETÊNCIA DO VICE-PRESIDENTE

Compete ao Vice-Presidente do Conselho Fiscal coadjuvar o Presidente nas funções que a este pertencem e substituí-lo na sua ausência ou impedimento.-----

ARTIGO 60.º

COMPETÊNCIA DO SECRETÁRIO-RELATOR

Compete ao Secretário Relator:-----

- a) Preparar a agenda de trabalhos para as reuniões do Conselho Fiscal; -----
- b) Prover todo o expediente;-----
- c) Lavrar as atas no respetivo livro;-----
- d) Emitir, no prazo de quinze dias, certidões das atas pedidas pelos associados;---
- e) Relatar os pareceres do Conselho Fiscal sobre os assuntos que lhe forem submetidos.-----

ARTIGO 61.º

FUNCIONAMENTO

1- O Conselho Fiscal reúne, ordinariamente, uma vez em cada trimestre, podendo reunir também extraordinariamente para apreciação de assuntos de carácter urgente, por convocação do Presidente, por iniciativa da maioria dos seus membros ou, ainda, a pedido da Direcção ou da Assembleia Geral.-----

2. As deliberações do Conselho Fiscal serão tomadas por maioria simples de votos dos presentes, cabendo ao presidente o voto de qualidade em caso de empate.-----

3. Os assuntos, decisões e deliberações constarão de livro próprio de atas, as quais serão assinadas pelos presentes.-----

ARTIGO 62.º

VINCULAÇÃO COM ACTOS DA DIRECÇÃO

O Conselho Fiscal é solidariamente responsável, com a Direcção, pelos atos sobre os quais tenha emitido parecer favorável ou quando, tendo tido conhecimento de qualquer irregularidade, não lavre o seu protesto ou não faça a devida comunicação à Mesa da Assembleia-geral.-----

CAPÍTULO IV

DAS ELEIÇÕES

ARTIGO 63.º

PROCESSO ELEITORAL

1. No ano em que terminar o mandato dos titulares dos órgãos sociais, o Presidente da Mesa da Assembleia-geral em exercício, anunciará até 31 de Outubro, através de edital, a abertura do processo eleitoral e manda preparar os cadernos eleitorais que deverão estar concluídos até ao dia 30 de Novembro.-----

2. A Assembleia-geral eleitoral a realizar no mês de Dezembro desse ano em que terminar o mandato, será convocada pelo Presidente da Mesa em exercício, com a antecedência mínima de dez dias através de edital onde será designado o dia, a hora e o local da sua realização.-----

3. Se por qualquer razão o mandato dos titulares dos órgãos sociais terminar antes de cumprido o período normal de duração, serão realizadas eleições intercalares, parciais ou gerais, cabendo à Assembleia-geral decidir sobre a forma da eleição.-----

ARTIGO 64.º

ELEGIBILIDADE

L

Marta
S 21
SE

1. São elegíveis os Associados Efetivos que satisfaçam, cumulativamente os seguintes requisitos:-----
 - a) Estejam no pleno gozo dos seus direitos sociais, de acordo com o estabelecido no artigo 9.º dos presentes estatutos, à data da apresentação das candidaturas;-----
 - b) Sejam maiores de dezoito anos ou emancipados;-----
 - c) Não façam parte dos órgãos sociais de outras Associações congêneres;-----
 - d) Não tenham sido destituídos dos Órgãos Sociais da Associação por irregularidades cometidas no exercício das suas funções;-----
 - e) Não sejam trabalhadores remunerados da Associação;-----
 - f) Não tenham qualquer impedimento ou motivo de inelegibilidade nos termos da lei.--

ARTIGO 65.º

FORMALIZAÇÃO DE CANDIDATURAS

1. As candidaturas às eleições são feitas segundo o sistema de lista completa para a Mesa da Assembleia-geral, Direcção e Conselho Fiscal, compostas por Associados Efetivos, no pleno gozo dos seus direitos sociais, nas quais se especificarão a identificação completa dos candidatos, respetivo número de Associado bem como a indicação do órgão e cargo para que são propostos, incluindo os suplentes.-----
2. As listas concorrentes aos órgãos sociais, a submeter a sufrágio, deverão ser apresentadas ao Presidente da Mesa da Assembleia-geral, na Sede da Associação, até ao dia quinze do mês anterior ao da realização da Assembleia-geral eleitoral.-----
3. A Direcção pode propor uma lista às eleições.-----
4. As listas de candidatura aos órgãos deverão incluir um número de candidatos efetivos igual ao número de membros do respetivo órgão acrescido dos suplentes, não podendo qualquer Associado subscrever nem integrar mais que uma lista, nem integrar mais que um órgão da Associação.-----
5. As listas são nominais devendo completar candidatos para todos os órgãos sendo estes votados conjuntamente.-----

6. As listas a submeter à eleição, deverão ser acompanhadas da declaração dos candidatos, onde expressamente manifestam a sua aceitação, e subscritas por um número mínimo de vinte e cinco Associados Efetivos no pleno gozo dos seus direitos.

ARTIGO 66.º

APRECIAÇÃO DAS CANDIDATURAS

1. O Presidente da Mesa da Assembleia-geral, receciona as listas candidata e no prazo de cinco dias verifica da sua conformidade tendo em conta as disposições estatutárias.

2. As listas que não estejam de acordo com as disposições estatutárias serão rejeitadas e comunicadas a decisão ao seu mandatário, que poderá corrigir ou retificar até ao último dia do prazo de apresentação de listas ou recorrer da decisão para a Assembleia-Geral no prazo de cinco dias após o conhecimento da decisão. A Assembleia-geral extraordinária convocada pelo Presidente da Mesa para apreciação e decisão do recurso, reunirá no prazo máximo de dez dias.-----

3. As listas admitidas à eleição serão referenciadas de acordo com a ordem de apresentação por letras maiúsculas (ex. A, B, e, etc.) e mandadas afixar no edifício Sede da Associação.-----

ARTIGO 67.º

BOLETIM DE VOTO

1. A cada eleitor é fornecido um boletim de voto elaborado em papel liso e não transparente, contendo impressas as letras maiúsculas atribuídas às listas concorrentes ao sufrágio e um quadrado à frente de cada uma dessas letras.-----

2. O voto é expresso através da inscrição de uma cruz no interior do quadrado correspondente à lista em que o leitor pretende votar.-----

3. O eleitor entregará ao Presidente da mesa o boletim de voto dobrado em quatro partes, após o que o mesmo será arrecadado na urna.-----

4. Os boletins que contenham emendas, rasuras ou inscrições serão consideradas nulos e os boletins em branco serão considerados abstenção.-----

ARTIGO 68.º

FORMA DE VOTAÇÃO

1. A eleição dos órgãos sociais é feita através de votação secreta tendo cada Associado direito a um voto.-----
2. É permitido o voto por procuração, com reconhecimento notarial da letra e assinatura, mas cada Associado não poderá representar mais do que três outros Associados.-----
3. Não é admitido o voto por correspondência.-----
4. A Mesa de voto funcionará na Sede da Associação, durante a Assembleia Geral, sendo presidida pelo Presidente da Mesa da Assembleia-geral e cada lista poderá fazer-se representar junto da mesa por um Delegado devidamente credenciado pelo respetivo mandatário ou pelo candidato a Presidente da Direcção.-----
5. O escrutínio far-se-á na mesma Assembleia-geral, imediatamente após a conclusão da votação, considerando-se proclamados eleitos os elementos da lista mais votada.--

CAPÍTULO V

DA GESTÃO FINANCEIRA

ARTIGO 69.º

DAS RECEITAS

- São receitas da Associação:-----
- a) Os produtos das quotas dos associados efetivos;-----
 - b) As participações dos associados e familiares pela utilização dos serviços da associação;-----
 - c) As retribuições de quaisquer serviços prestados, a título não gratuito, pela associação ou pelo Corpo de Bombeiros por ela detido;-----
 - d) Os subsídios, participações e financiamentos públicos ou particulares;-----
 - e) Donativos, legados e heranças feitos a favor da Associação;-----

- f) Produtos e resultados de sociedades, parcerias ou outras participações devidos à associação;-----
- g) Os rendimentos de bens próprios;-----
- h) O produto líquido de quaisquer espetáculos, festas ou outras realizações;-----
- i) O produto da venda de bens imóveis ou móveis pertencentes à Associação;-----
- j) O produto de subscrições;-----
- k) Quaisquer verbas que lhe seja atribuídas por lei ou por protocolos.-----

ARTIGO 70.º

DAS DESPESAS

Constituem despesas da Associação as resultantes de:-----

- a) Administração ordinária e extraordinária da Associação e funcionamento dos respetivos serviços;-----
- b) Operacionalidade do Corpo de Bombeiros;-----
- c) Encargos com o pessoal da Associação;-----
- d) Encargos legais;-----
- e) Quaisquer outras resultantes do cumprimento dos fins da Associação e das atividades por ela desenvolvidas, direta ou indiretamente;-----
- f) Manutenção e conservação do património social da Associação.-----

ARTIGO 71.º

DOS MEIOS FINANCEIROS

Os meios financeiros na disposição da Associação são obrigatoriamente depositados em conta da Associação aberta em instituições de crédito.-----

CAPÍTULO VI

CONSELHO DISCIPLINAR

ARTIGO 72.º

ESTATUTO E COMPOSIÇÃO

1. Conselho Disciplinar é a instância de recurso hierárquico das decisões, em matéria disciplinar, do Comandante do Corpo de Bombeiros.-----
2. O Conselho Disciplinar é composto pelos Presidentes da Mesa da Assembleia-geral, da Direção e do Conselho Fiscal.-----

CAPÍTULO VII

DA REFORMA OU ALTERAÇÃO DOS ESTATUTOS

ARTIGO 73.º

REFORMA OU ALTERAÇÃO DOS ESTATUTOS

1. Os presentes Estatutos só poderão ser reformados ou alterados em reunião extraordinária da Assembleia-geral convocada extraordinariamente para esse efeito, sob proposta da Direcção ou a requerimento fundamentado de, pelo menos, no pleno gozo dos seus direitos cem associadas efetivos.-----
2. Uma vez feita a convocatória, as alterações estatutárias propostas deverão ficar patentes aos associados na sede e em quaisquer outras instalações da associação, com a antecedência mínima de oito dias em relação à data marcada para a reunião da Assembleia-geral.-----
3. As deliberações sobre alterações dos estatutos exigem o voto favorável de, pelo menos, três quartos do número de associados presentes.-----
4. O disposto no número anterior não é aplicável caso a exigência de alteração decorra da lei.-----

CAPÍTULO VIII

DA DISSOLUÇÃO

ARTIGO 74.º

DISSOLUÇÃO

1. A Associação dissolve-se nos termos da Lei geral.-----
2. A Assembleia-geral só pode deliberar sobre a dissolução da Associação através de convocatória expressamente efetuada para o efeito, nos termos previstos nos estatutos e aprovada por um número de votos não inferior a três quartos da totalidade dos Associados efetivos existentes à data da Assembleia-geral.-----
3. A Assembleia-geral que deliberar a dissolução nomeará os liquidatários de entre os Associados efetivos presentes.-----
4. A liquidação e partilha de bens, uma vez dissolvida, serão feitas nos termos da Lei geral.-----

CAPÍTULO IX

DISPOSIÇÕES FINAIS

ARTIGO 75.º

LEI APLICÁVEL

A Associação, no exercício das suas atividades, regular-se-á de harmonia com a legislação aplicável.-----

ARTIGO 76.º

CORPO DE BOMBEIROS

O Corpo de Bombeiros criado e detido pela Associação, rege-se pelo Regime Jurídico dos Corpos de Bombeiros e Regime Jurídico dos Bombeiros, em vigor à data da publicação e ainda pelo Regulamento Interno do Corpo de Bombeiros depois de homologado pela Autoridade Nacional de Proteção Civil.-----

ARTIGO 77.º

DÚVIDAS E CASOS OMISSOS

As dúvidas e os casos omissos provenientes da interpretação e execução dos presentes estatutos serão resolvidos em reunião conjunta dos órgãos sociais, solicitada pela Direção ou pelo Conselho Fiscal ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral, o qual,

por si só, também poderá promover, se assim o entender, a sua efetivação, de acordo com a lei e os princípios gerais do direito.-----

24
55

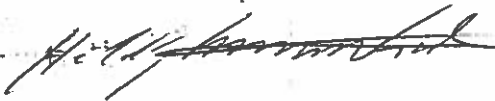
ARTIGO 78.º

NORMA TRANSITÓRIA

1. Os presentes estatutos entrarão em vigor imediatamente após aprovação em Assembleia-geral e cumprimento das formalidades exigidas por lei.-----

2. Nas matérias relativas aos Órgãos Sociais, designadamente, quanto à sua composição, as alterações constantes dos presentes estatutos só entrarão em vigor no final do mandato em curso à data da sua publicação. -----

(Aprovados em Assembleia-geral Extraordinária de 02 de Outubro de 2015).-----

✓ 

✓ 

✓ Maura Rodrigues

A NMM,



